



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 45/2020 - PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE
DATA DE ABERTURA: 20 DE OUTUBRO DE 2020
HORÁRIO: 14:00h

1. PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz realizará licitação na modalidade de **PREGÃO**, do **tipo menor preço por lote**, para **Registro de Preço**, regida pela Lei 10.520, de 17/07/02, pelos Decretos Municipais 2.325/02 e 2915/06 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores.

2. OBJETO

2.1. Aquisição de **CÂMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO COM CAPACIDADE EMBARCADA DE LEITURA DE PLACAS (ALPR)**, conforme especificações constantes do Anexo I, II, III e IV, parte integrante deste edital.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá por conta dos recursos orçamentários vigentes, pelos seguintes elementos:
0201.2.065.4490.5233 (13) – Detran

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas às exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

4.2 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

4.2.1 – Concorratórias ou em processo de falência;

4.2.2 – Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

4.2.3 – Estrangeiras que não funcionem no país.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 - O proponente deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

5.2 – O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

5.3 – Na hipótese de instrumento particular de procuração, o proponente deverá apresentar juntamente ato constitutivo, estatuto ou contrato social da empresa interessada, na qual demonstre que quem lhe outorgou os poderes possui competência para tanto.

5.4 – O credenciamento poderá ser feito a qualquer momento na licitação, sendo que o novo credenciado poderá ofertar lances somente durante a sessão de julgamento, somente a partir do seu credenciamento, ficando precluso o seu direito de interpor recurso no que se refere a fatos ou situações que ocorreram antes do seu credenciamento.

5.5 – Será admitido apenas (01) um representante para cada licitante credenciado, permitindo-se sua substituição, desde que com os poderes necessários ao credenciamento.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.7. E em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.8. E a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.9. Para os licitantes que queiram se beneficiar das prerrogativas da Lei Complementar n. 123/06, devem apresentar *Certidão Simplificada da Junta Comercial* da sede da empresa ou do *Registro Civil de Pessoas Jurídicas*, conforme a forma da constituição empresarial;

5.9.1. A documentação deverá ser entregue fora dos envelopes de proposta e habilitação, podendo sê-los em original, ou autenticados em Cartório ou na Prefeitura Municipal munidos do original.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A Proposta de Preços e os documentos que a instruírem, deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em 2 (dois) envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, e atender os seguintes requisitos:

a) Envelope 1: Proposta de Preços

b) Envelope 2: Documentação de Habilitação, composto pelos Documentos de Habilitação exigidos no item 8 deste Edital.

6.1.1. Os envelopes deverão conter, ainda, em sua parte externa, os dizeres:

**ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
PROCESSO LICITATÓRIO N. 45/2.020
EDITAL DE PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO
PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
CNPJ**

**ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
PROCESSO LICITATÓRIO N. 45/2.020**



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

**EDITAL DE PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
CNPJ**

6.2. Cada proposta de preço deverá obedecer ao que segue, sendo que a sua apresentação implicará na aceitação das condições descritas neste Edital:

6.2.1. Constar 01 (uma) via, impressa em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, salvo quanto as expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, **devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente.**

6.2.2. Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, profissão, CPF e/ou Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa.

6.2.2.1. Nome do banco, número da agência e da conta corrente para depósito dos pagamentos;

6.2.2.2. Indicação do nome e qualificação da pessoa com poderes para assinar a Ata de Registro de Preços;

6.2.2.3. Informar e-mail e número de fax para encaminhamento da autorização de fornecimento.

6.2.3. **Ter preços com validade de 12 meses corridos**, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2.4. Ser apresentada com cotação de preços definida no objeto deste Edital e seu anexo I, em moeda corrente nacional (R\$ 1,00), expressos em algarismos e por extenso, básicos para a data de apresentação da proposta;

6.2.5. Preços unitários e total por lote, em moeda nacional, com até duas casas decimais após a vírgula, sendo que no valor total será considerado apenas duas casas decimais, no qual deverá ser indicado em algarismos, prevalecendo, em caso de divergência entre valores, a indicação por item, incluindo todos os impostos, taxas, frete e demais encargos, sem nenhum ônus ao Município de Santo Amaro da Imperatriz.

6.2.6. Conter a indicação de uma única marca e referência para cada item, sem prejuízo da indicação de todas as características do objeto cotado, com especificação clara e detalhada, inclusive tipo, referência, observadas as especificações contidas no Anexo I deste Edital.

6.3 – Declaração expressa de que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

6.4 – Declaração expressa do representante legal da licitante, de que seu proprietário ou sócio, nos últimos 6 (seis) meses não ocupou o cargo de Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador, ou auxiliar direto do Prefeito, bem como no mesmo período, não possuiu vínculo de matrimônio, parentesco afim ou consanguíneo até segundo grau, igualmente por adoção, com pessoas que tenha exercido os cargos mencionados. (Art. 75 da Lei Orgânica Municipal)

6.5. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os bens serem fornecidos a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz sem ônus adicionais.

6.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.7. A apresentação de proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.8. O preço ofertado permanecerá fixo e sem reajuste durante o prazo de validade da respectiva ata de registro de preços.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

6.9. Apresentar junto a proposta (CD, pen drive ou qualquer outro dispositivo eletrônico), extraído do sistema de compras do Município de Santo Amaro da Imperatriz, contendo os itens do edital, com formulação da proposta no sistema “Betha auto cotação”, instruções nos sites www.santoamaro.sc.gov.br e www.betha.com.br.

6.9.1. Os arquivos para formulação da proposta no sistema “Betha auto cotação” serão fornecidos pelo setor de licitações da Secretaria Municipal da Administração.

6.9.1.1. A proposta poderá ser impressa através do sistema de auto cotação, onde constam os itens com as especificações detalhadas no Anexo I deste edital.

6.10. Prazo de entrega do objeto: 90 dias

6.11. Deverá constar da proposta a marca ou fabricante do objeto ofertado, sob pena de desclassificação.

6.12. Garantia mínima de 12 (doze) meses para os equipamentos.

6.13. Assistência técnica autorizada da marca, devendo constar endereço completo e telefone da empresa prestadora, limitado a Região Sul.

6.14. Anexar catálogos ou prospecto do fabricante com as características exigidas no presente edital.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. As Propostas serão **juagadas e adjudicadas por item**, conforme definidos neste Edital e seus Anexos.

7.2. Serão classificados pelo Pregoeiro, o proponente que apresentar a proposta de menor preço, definido no objeto deste Edital e seus Anexos e, as propostas com preços até 10% superiores àquele ou, as propostas das 03 (três) melhores ofertas.

7.3. Aos proponentes classificados conforme subitem 7.1., será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

7.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 12 deste Edital.

7.5. Após este ato, será encerrada a etapa competitiva (de lances) e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

7.6. O pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.

7.7. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado, com base nos dados cadastrais, assegurado o direito de atualizar seus dados no ato, ou, conforme documentação apresentada na própria sessão, quando for o caso. Passando-se neste caso abertura do Envelope de Habilitação.

7.8. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital e seus Anexos, pelo Pregoeiro.

7.9. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicada a aquisição, definida no objeto deste Edital e seus Anexos.

7.10. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado este direito.

7.11. Verificando-se no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada, bem como quando cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital e que apresentem preço baseado exclusivamente em propostas dos demais licitantes.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

7.12. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa em sessão e na proposta específica, prevalecerá a da proposta.

7.13. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A documentação exigida para habilitação nesta licitação, é a que segue:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ ou no Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

d) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio do licitante através do sistema e-Proc e SAJ, cuja data de emissão não seja anterior a 60 (sessenta) dias que precedem à data da sessão inaugural;

e) declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Não emprega menores de idade);

f) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

8.2. A documentação exigida para habilitação poderá ser substituída por Certificado de Registro Cadastral (CRC) dentro do prazo de validade, emitido pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, de acordo com a legislação vigente, assegurado ao cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

8.3. Não será aceito para fins de habilitação, o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido por outro órgão público, devendo o interessado cadastrado em outro órgão apresentar a documentação estabelecida no item 8.1. (Decisão TCU 214/97)

8.4. Os documentos necessários à habilitação, quando apresentados por qualquer processo de cópia, deverão estar acompanhados do seu original ou autenticados por cartório competente ou pelo Pregoeiro.

8.5. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar embalados em envelope não transparente denominado: **ENVELOPE 02: DOCUMENTAÇÃO.**

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

9.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas.

9.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

10 – DOS RECURSOS

10.1. Durante a sessão de abertura das propostas declarado o(s) vencedor(es), qualquer Licitante poderá manifestar **imediate e motivadamente** a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso, que serão restritas aos motivos já expostos quando da interposição de recurso, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

10.3. Qualquer recurso e impugnação contra a decisão do Pregoeiro, não terá efeito suspensivo.

10.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

10.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Comissão Permanente de Licitação, sito à Praça Governador Ivo Silveira, 306 - Centro, nesta Cidade, nos dias úteis no horário das 12:00 às 18:00 horas. Não serão reconhecidos os recursos interpostos, enviados por fax e vencidos os respectivos prazos legais.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA – prazos, condições e local de entrega

11.1. Cada empresa vencedora terá as seguintes obrigações:

11.1.1. Efetuar a entrega dos itens cotados no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento da autorização de fornecimento;

11.1.2. O objeto deverá ser entregue na Secretaria Municipal da Administração, nesta Cidade, no horário das 12h00min às 17h00min. **Todas as despesas de entrega correrão por parte da contratada vencedora, inclusive tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.**

12. DAS CONTRATAÇÕES

12.1 As empresas vencedoras de bens incluídos na ata de registro de preços estarão obrigadas a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata (Anexo III).

12.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

12.3 - Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor do bem deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e contribuições federais, expedidas pela Secretaria da Receita Federal, Municipal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, sob pena de a contratação não se concretizar, devendo manter estas certidões atualizadas.

12.4 - Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

13 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1 – Os equipamentos objeto da presente licitação será recebido em dias úteis no local e endereço indicados no subitem **11.1.2.**



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

13.2 - Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

13.3 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 1 (um) dia, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado, podendo valer como prova o recebi com a restrição de recebimento parcial.

c) O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente contado da data de entrega do (s) bem (ns) uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

14 - DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante, à vista do respectivo Termo de Recebimento provisório ou definitivo.

14.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.

14.3 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas hipóteses legais.

15.2 Na hipótese de apresentação de declaração falsa ou deixar de apresentar a documentação exigida para o certame, ficará impedido de contratar com a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais.

15.3 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

15.4 - Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

15.5 - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas no parágrafo anterior, serão conduzidos no âmbito da Secretaria de Administração e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

15.6 – Além dessas previstas, também são penalidades as previstas na minuta da Ata de Registro de Preços, inclusive multa, conforme Anexo, parte integrante deste processo.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública por parte de cada participante.

16.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.3 O resultado do presente certame será divulgado no órgão de imprensa oficial do Município, qual seja, o Mural da sede do Poder Executivo.

16.4 Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

16.5 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.6 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.7 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceita pela Autoridade Superior, nos casos previstos na Lei.

16.8 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz - SC.

16.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

16.11 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

16.12 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, **deverá ser encaminhado, por escrito**, ao Pregoeiro, na Praça Governador Ivo Silveira, 306, Centro, nesta cidade, no prédio da Prefeitura, ou por meio do telefone (48) 3245 4330 (Setor de Licitações);

16.12.1. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, não garantindo direitos aos participantes.

Santo Amaro da Imperatriz, 05 de outubro de 2.020.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

ANEXO I



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

ANEXO II

**AQUISIÇÃO DE CÂMERAS COM INTELIGÊNCIA ALPR
(LEITURA DE PLACA VEICULAR AUTOMÁTICA)**

1. DO OBJETO

O presente projeto tem por objeto a AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO FIXA E COM CÂMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO CAPACIDADE EMBARCADA DE LEITURA DE PLACAS (ALPR), mediante pregão presencial para **REGISTRO DE PREÇOS**, com as especificações e quantidades abaixo discriminadas:

LOTE 01

ITEM	QTIDADE	DESCRIÇÃO
01	12	Câmera de rede 2MP bullet outdoor varifocal com ALPR
02	20	Câmera de rede 2Mp bullet outdoor 2.8mm

2. JUSTIFICATIVA

O Município de Santo Amaro da Imperatriz, através do Setor de Trânsito, realiza constantes investimentos na implantação do Programa Bem-te-vi, o qual é composto por recursos e sistemas telemáticos de alta tecnologia para a sustentação de uma infraestrutura destinada à captura e transmissão de imagens em alta resolução, através de câmeras de segurança para videomonitoramento urbano.

Desta forma, o Programa Bem-te-vi já demonstrou ser importante ferramenta de dissuasão ao ímpeto delitivo, atuando de forma preventiva e criando um perímetro de segurança nas áreas de abrangência do ponto de videomonitoramento, além de ser ferramenta de auxílio às ações de polícia ostensiva, de orientação aos procedimentos de repressão imediata, de auxílio nos procedimentos investigativos e de polícia judiciária, se firmando também como importante fonte de prova em processos judiciais.

Diante de toda a infraestrutura à disposição e da extensa rede de fibra ótica implantada para atendimento do Programa Bem-te-vi, faz-se necessário prosseguir na etapa seguinte: agregar funções automatizadas através de inteligência de vídeo e de captura, bem como o reconhecimento, relacionamento e identificação das placas de veículos automotores que circulam por todo o território municipal.

Principalmente no tocante à identificação automatizada das placas dos veículos automotores, decorre uma miríade de inferências que podem promover melhores condições econômicas ao município, desenvolvimento social, incremento na qualidade de vida dos cidadãos e recolhimento de tributos atualmente pendentes de pagamento aos cofres públicos.

Ante o exposto, apresentamos a presente proposta para proporcionar a necessária otimização do sistema existente, visando implantar soluções tecnológicas para análise automatizada de vídeo para identificação de padrões preestabelecidos e também a capacidade de leitura de placas de veículos automotores com simultânea consulta ao banco de dados dos órgãos de trânsito para identificação – além da questão de débitos diversos – de veículos com restrições de furto, roubo, mandado de busca e apreensão ou cujo proprietário tenha contra si mandado de prisão, com a respectiva emissão de alerta e localização para as ações de segurança pública.

Em amostragens realizadas, foi possível detectar que aproximadamente 25% destes apresentavam algum tipo de alteração cadastrada no sistema DETRANNET (problemas com licenciamento, registro de furto/roubo e restrições judicial), o que demonstra a facilidade com que veículos irregulares transitam pelo Município de Santo Amaro da Imperatriz.

Justifica-se, assim, sob a lógica da segurança pública, a implantação de sistemas de leitura de placa que auxiliem o efetivo operacional na fiscalização de trânsito, no enfrentamento dos crimes de furto e roubo de veículos, na execução de medidas judiciais e, também, na investigação de fatos ocorridos.



Estado de Santa Catarina Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

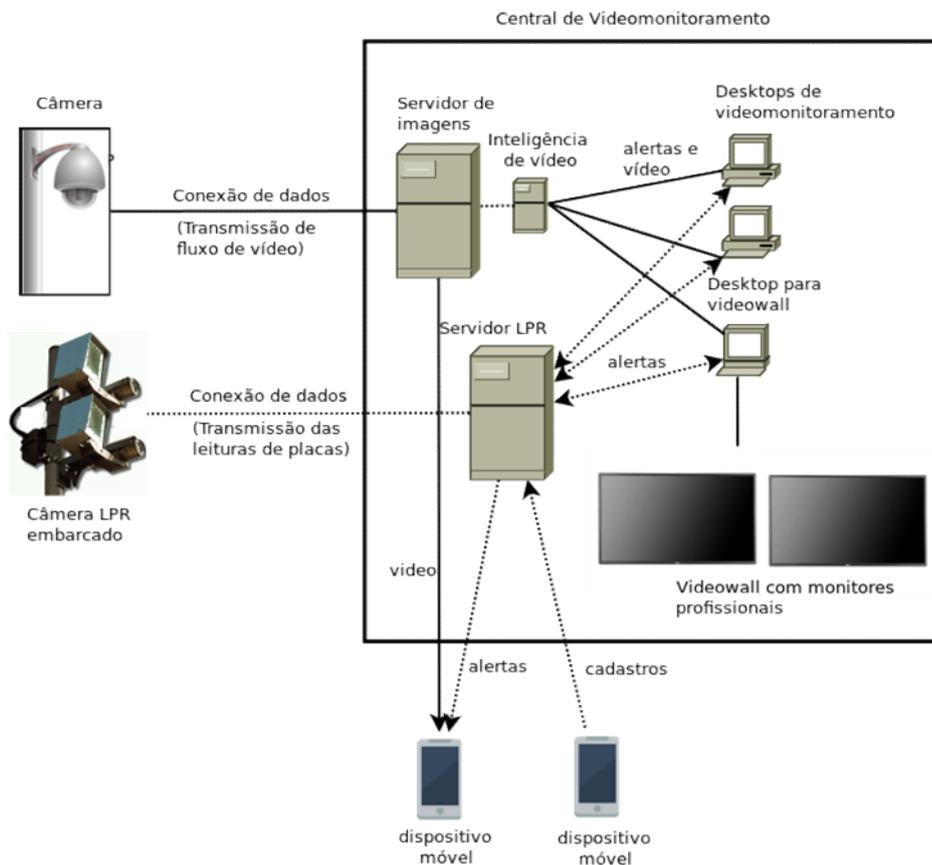
2.1 Sistema de Leitura de Placas e o Programa BEM-TE-VI

De forma sucinta, o sistema LPR deverá integrar-se ao Programa Bem-Te-Vi conforme diagramas abaixo:

1) LPR embarcado: Dispositivo de leitura de placas – LPR – com análise de vídeo embarcada. Transmite para o servidor LPR somente um pequeno arquivo (bilhete) contendo dados das placas capturadas.



2) Sistema de Leitura de Placa (embarcado e processado em servidor) integrado ao Bem-Te-Vi: Câmeras específicas para LPR e as já utilizadas no Programa Bem-Te-Vi geram bilhetes contendo informações dos veículos capturados e transmitem os alertas para os usuários nas Centrais de Videomonitoramento e em operação, através de computadores e dispositivos móveis.



2.2 Resultados esperados



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

Os principais resultados esperados pela CONTRATANTE a serem alcançados com esta contratação são:

- Dar mobilidade às atividades de campo destinadas ao monitoramento do fluxo de veículos e ações repressivas imediatas em decorrência da emissão de alertas;
- Registrar e identificar o trajeto de veículos suspeitos de participação em delitos, sob investigação ou aqueles com busca e apreensão, que forem identificados nos pontos de captura de imagens;
- Identificar e tomar ação quanto aos veículos que estejam com documentação irregular, especialmente o licenciamento anual, inculcando na população a ação proativa do Estado em efetuar a fiscalização para que, conseqüentemente, sejam regularizados os veículos pendentes e a conseqüente recuperação de recursos devidos;
- Gerar estatísticas de veículos irregulares com incidência espacial e temporal, com vistas à elaboração de estratégias que suportem ações de mobilidade urbana;
- Monitorar vias de acesso principais para entrada e saída do Município para identificação de veículos roubados e/ou furtados, coibindo ações criminosas;
- Possibilitar a realização de estudos de quantitativos de veículos visitantes, com preparação de ações específicas voltadas ao turismo, mediante análise histórica de fluxo de visitantes;
- Possibilitar a integração de banco de dados de mandados de prisão ativos e de sentenças judiciais com aplicação de restrição de circulação para identificação de veículos em trânsito cujos proprietários possuam impedimento oriundo do Poder Judiciário de circulação no momento da captura;
- Implementar ferramenta de auxílio à fiscalização sanitária do Município;
- Implementar ferramenta de auxílio à fiscalização tributária de mercadorias em trânsito no Município.

3. TERMO DE REFERÊNCIA

3.1 Especificações técnicas mínimas e quadro quantitativo dos itens:

Item 01 – CÂMERA DE REDE “2MP” BULLET OUTDOOR VARIFOCAL (8~32mm) COM LPR

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">1. Sensor CMOS com 1/1.8” e escaneamento tipo progressivo, ou superior;2. Resolução 2.0 Mega Pixels / Fluxo de vídeo principal de 1920 X 1080 @ 60fps;3. Sensibilidade a iluminação colorida de 0.002 lux;4. Suporte a codificação H.265, H.265+, H.264, H.264+;5. Suporte a 2 fluxos de vídeo ou mais;6. Suporte a redução de ruído 3D;7. Possuir iluminação infravermelha embutida, com alcance mínimo de 23 metros;8. Resistência a poeira padrão “IP67”;9. Resistência a vandalismo padrão “IK10”10. Lente motorizada equivalente ao range “8-10,5mm a 32-42mm”;11. Tecnologia de leitura de placas “LPR” com envio imagem e da placa reconhecida (leitura) à servidor FTP com nome de arquivo customizável;12. Acurácia de captura LPR acima de 90%;13. Suporte a Black List e White List;14. Com recurso de detecção facial, Detecção de cruzamento de linha, detecção de intrusão, detecção de entrada de região, detecção de saída de região, detecção de bagagem desacompanhada, detecção de remoção de objeto;15. Shutter Speed ajustável entre “1 s a 1/100,000 s”;16. Com suporte a todos os seguintes protocolos: TCP/IP, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, DNS, DDNS, RTP, RTSP, RTCP, PPPoE, NTP, UPnP, SMTP, SNMP, IGMP, 802.1X, QoS, IPv6, UDP, Bonjour; |
|--|



17. Carcaça em Aluminum alloy;
18. Mecanismo de foco com configuração Auto, semi-auto, manual;
19. Fonte De Energia 12 VCC \pm 20%, bloco de terminais de dois núcleos: PoE (802.3at, classe 4);

Funções LPR

20. Deverá suportar a função de leitura de placas, sendo esta embarcada na câmera;
 21. Deve exportar as seguintes informações sobre a leitura de placa: data e hora da leitura, nome do dispositivo e placa lida.
 22. Deverá transmitir as informações da leitura utilizando protocolo de rede TCP/IP, de aplicação FTP ou HTTP e padrões de transferência de dados dos tipos: XML ou JSON ou TXT (para os dados) e JPEG ou BMP ou GIF (para as imagens). Caso transmita os dados utilizando o nome do arquivo com os dados da data e hora de leitura, nome do dispositivo e placa lida, não há necessidade de encaminhar dados no formato XML ou JSON ou TXT.
 23. Deverá fazer a leitura de placas de veículos que estejam a até 40Km/h, em ambiente externo e bem iluminado;
 24. Deve suportar a leitura de placas de carros, caminhões, ônibus, caminhonetes, motocicletas;
 25. Deverá ser capaz de reconhecer placas do Brasil (conforme Resolução 231/2017 do CONTRAN e suas alterações) e do novo padrão Mercosul (conforme Resoluções 729/2018 e 733/2018) durante sua operação, sem necessidade de configurações para reconhecimento de um padrão ou outro;
 26. Deve possuir assertividade de captura de veículos superior a 70% durante o dia, e superior a 60% durante a noite;
 27. Deve possuir assertividade de leitura correta de placa superior a 80% durante o dia, e superior a 70% durante a noite;
 28. Deve suportar o gatilho da leitura da placa pela detecção do vídeo;
 29. Hardware/Entrada/Saída
 30. Possuir saída Ethernet para conexão em rede TCP/IP RJ-45 100/1000BASE-T;
 31. Deve suportar cartão TF ou SD ou MicroSD de 32 GB ou superior;
 32. Possuir suporte as seguintes entradas de alimentação: 12V DC;
 33. Peso máximo da câmera: 5Kg
- CONDIÇÕES GERAIS**
34. Garantia de 12 meses e estar acompanhada de cartão de memória TF, SD ou MicroSd de 32Gb e adaptadores, insumos e cabos necessários para conexão da câmera à rede elétrica (12V DC).

Item 02 – CÂMERA DE REDE “2MP” BULLET OUTDOOR 2.8mm

1. Sensor CMOS com “1/2.8” e escaneamento tipo progressivo ou superior;
2. Resolução / Fluxo de vídeo principal de 1920 X 1080 @ 30fps;
3. Sensibilidade a iluminação colorida de 0.01 lux, ou melhor;
4. Suporte a codificação H.265, H.264, MJPEG;
5. Suporte a 2 fluxos de vídeo;
6. Resistência a poeira padrão “IP67”;
7. Lente fixa equivalente a “2.8mm”;
8. Suporte a redução de ruído 3D;



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

9. Shutter Speed ajustável entre “1 s a 1/100,000 s”;
10. Com suporte a todos os seguintes protocolos: TCP/IP, ICMP, HTTP, HTTPS, FTP, DHCP, DNS, DDNS, RTP, RTSP, RTCP, PPPoE, NTP, UPnP, SMTP, SNMP, IGMP, 802.1X, QoS, IPv6, UDP, Bonjour;
11. Carcaça em Metal e Plástico;
12. Fonte De Energia 12 VDC \pm 25%, plugue de alimentação coaxial de 5,5 mm, PoE (802.3af, classe 3);
13. Conexão RJ45 10M/100M Self-adaptive Ethernet port
14. Peso máximo da câmera: 1Kg



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

ANEXO III

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° _____/2.020.

PREGÃO PRESENCIAL N° 45/2020

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Ao _____ dia do mês de _____ do ano de dois mil e vinte, a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, senhor Edésio Justen e a empresa _____, sito à _____, no município de _____, Estado de _____, inscrita sob o CNPJ n° _____, neste ato, representada por seu representante legal, conforme documento comprobatório, nos termos regida pela Lei 10.520, de 17/07/02, pelos Decretos Municipais 2.325/02 e 2.915/06 e subsidiariamente pela Lei n° 8.666/93 com suas alterações posteriores, resolvem REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com o constante no edital, seus anexos e demais documentos que integram o processo epígrafado.

Itens:

Valor total

CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA NO ANEXO I e da proposta

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo da validade da proposta apresentada no Pregão em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes em quatro vias de igual teor, bem como o Termo de Ciência e Notificação em duas vias de igual teor, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento.

Município de Santo Amaro da Imperatriz

Contratada



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

ANEXO IV

CONTRATO Nº __, de __ de ____ de 2020

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA _____, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA

Aos __ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte, o Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, 230, Centro, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado simplesmente Contratante e a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob CNPJ nº _____, estabelecida à _____, Bairro _____, _____ - SC, neste ato representada por seu procurador _____, portador do CPF nº _____, doravante denominada de contratada, celebram este termo de Contrato, em conformidade com o Pregão Presencial Nº 45/2020, regulada pela lei federal nº 8666 de 21.06.1993 e demais alterações posteriores, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de CÂMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO COM CAPACIDADE EMBARCADA DE LEITURA DE PLACAS (ALPR), conforme especificações constantes do Anexo I, II e III, parte integrante deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

Este contrato guarda conformidade com o Pregão Presencial supramencionado e seus anexos, vinculando-se, ainda, à proposta de preços da contratada, à nota de empenho e demais documentos constantes do processo administrativo que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- a) O prazo para entrega dos equipamentos será de até 90 (noventa) dias corridos, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da CONTRATADA, em perfeito estado de conservação, com as respectivas garantias de validade, em horário a ser estabelecido, pelo setor de compras do Município de Santo Amaro da Imperatriz.
- b) Os equipamentos deverão ser entregues, de acordo com as características exigidas no anexo I constante no edital de licitações nº 45/2020, que deu origem a este contrato.
- c) O prazo de entrega deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- d) O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de “força maior”, previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de Compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.
- e) Aceito e oficializado por escrito, pelo setor de compras, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente, e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

CLÁUSULA QUARTA – DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

a) Somente será considerada devidamente aceita após analisada e aprovada pelo servidor municipal designado para fiscalizar este contrato, com base nas exigências previstas no edital de licitação supramencionado e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste termo contratual.

b) Todos os equipamentos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

a) Fica designado o(a) Servidor(a) Público Municipal, Sr(a) Luiz Gonzaga dos Santos para realizar a fiscalização do presente contrato, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à administração.

b) O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.

c) Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

d) Caberá ao fiscal de contrato designado atestar as notas fiscais/faturas correspondentes ao fornecimento dos itens.

e) A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O fornecimento dos equipamentos relacionados no objeto deste contrato será de 12 meses, mediante requisição do setor de compras do Município, firmada por pessoa autorizada, tendo este contrato, vigência a contar desta data.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

a) A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pelo fornecimento dos veículos, o valor unitário constante na proposta da contratada e demonstrada no quadro abaixo:

Item	Qtd	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	12	Câmera de rede 2MP bullet outdoor varifocal		
02	20	Câmera de rede 2Mp bullet outdoor 2.8mm		

b) O preço especificado, será absolutamente líquido, já com todas as despesas com impostos, taxas, frete/transporte, seguro, etc.

c) É vedada a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser contratadas em sua proposta ou, ainda decorrentes das variações das quantidades previstas no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado via transferência bancária, em até 30 (trinta) dias após a data em que for entregue os equipamentos, devidamente acompanhada da respectiva nota fiscal e após a data de emissão da ordem de pagamento.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA exhiba, nas datas de liquidação, o CND do INSS e o CRS do FGTS, devidamente atualizados.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇO

O preço proposto não será reajustável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá por conta dos recursos orçamentários vigentes, pelos seguintes elementos:

0201.2.065.4490.5233 (13) – Detran

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR

O valor estimado deste contrato é de até R\$ ().

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

a) Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

b) A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Quando a CONTRATADA deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega dos produtos no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da CONTRATADA adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de o produto não serem entregues a partir da data aprazada.

e) Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

13.3. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

13.4. No caso de suspensão do direito de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

13.5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

13.6 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o município de Santo Amaro da Imperatriz, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

13.7. Todos os produtos fornecidos deverão estar estritamente dentro da ficha técnica apresentada pelo Edital, sob pena da empresa ser considerada inidônea.

13.8. Não serão aplicadas as multas decorrentes de "casos fortuitos" ou "força maior", devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109 da Lei No. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes contratantes, mediante aviso prévio, e desde que seja feito com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

15.2. O presente instrumento considerar-se-á rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer notificação, que judicial ou extrajudicial, uma vez verificada a ocorrência de um dos seguintes eventos:

a) falência ou pedido de concordata da CONTRATADA;

b) a dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO se for firma individual ou pessoa física;

c) a insolvência da CONTRATADA, caracterizada pelo protesto de títulos;



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br

Fone/Fax 0xx48 3245 4300

d) o não cumprimento de qualquer das Cláusulas do presente contrato, desde que não tomadas as devidas providências dentro de 30 (trinta) dias, a contar do envio, pela CONTRATANTE, da notificação de tal evento;

e) a subcontratação, do objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

15.3. A rescisão contratual, nos casos acima especificados acarretará a CONTRATADA;

a) responsabilidade financeira pelos prejuízos causados a CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até a apuração dos prejuízos causados a CONTRATANTE, a seus servidores ou a terceiros;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Do Foro:

16.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

16.2. Por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em quatro vias de igual teor e forma.

Santo Amaro da Imperatriz, em ___ de _____ de 2020

Município de Santo Amaro das Imperatriz
Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____